

MINERAÇÃO, ESCRAVIDÃO E MIGRAÇÃO PARA O BRASIL (MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII)

André FIGUEIREDO RODRIGUES¹

Os primeiros relatos de europeus que chegaram à América indicam o Novo Mundo como representação do Jardim do Éden, tal como descrito nas Sagradas Escrituras: local de natureza exuberante, povoado por animais exóticos e com homens e mulheres que andavam nus mostrando seus órgãos sexuais. Era a visão que se tinha do Paraíso.

Com o passar do tempo e o desbravamento do território, a ideia do Paraíso ganhou novos contornos, outros nomes e localizações geográficas diversas. No centro da América do Sul, na região onde hoje é a Colômbia, reza a lenda do povo muísca, que vivia no local antes da chegada dos colonizadores espanhóis, que o lago Guatavita, que fica a 63 quilômetros ao norte de Bogotá, era cheio de ouro e considerado um lugar encantado. Outro mito indicava a existência de uma cidade totalmente construída de ouro maciço e com tesouros em quantidades inimagináveis.

Independente de lenda ou não, o suposto metal no fundo do lago e a busca pela cidade de ouro levaram inúmeros aventureiros a organizarem expedições em busca de tesouros no interior da América ao longo dos tempos.

Quando Francisco Pizarro conquistou, entre 1531 e 1533, o império dos Incas, deparou-se com imensos tesouros de ouro. Para o domínio da região, os homens de Pizarro prenderam o imperador Atahualpa. Segundo relatos indígenas, em troca de sua liberdade, o imperador ofereceu todo o ouro que coubesse no cômodo que lhe servia de prisão. Depois de receber o resgate, equivalente a cinco toneladas e meia de ouro e de prata, Pizarro quebrou a promessa e condenou o imperador inca a morrer na fogueira.

Particularmente a história desta pilhagem animou desbravadores a se lançarem a procura de ouro nas terras e nos leitos de rios que desciam da cordi-

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis-São Paulo, Instituto Panamericano de Geografia e História. Comissão de História, Brasil.

lheira dos Andes. Garimpos foram instalados na Colômbia, no Equador, na Venezuela, na Guiana e no Chile.

As riquezas minerais encontradas pelos espanhóis nos seus domínios a oeste do continente animaram e alimentaram as esperanças dos portugueses de que nas suas possessões a leste do Meridiano de Tordesilhas também existissem riquezas minerais compatíveis às encontradas pelos irmãos ibéricos.

A convicção portuguesa ancorava-se na ideia de que as riquezas metálicas da América estariam dispostas lado a lado. Ao acreditar nisto, os portugueses davam como certa a existência de minas de ouro no interior do que hoje é o Brasil e que a sua localização estaria inserida nas proximidades das capitânicas de São Vicente (núcleo original do estado de São Paulo), Santo Amaro (Rio de Janeiro), Espírito Santo ou Porto Seguro (Bahia) – posicionadas mais ou menos na mesma altura das minas de prata do Cerro Rico de Potosí, no Alto Peru, na região da atual Bolívia.

A magnificência da prata explorada nas minas de Potosí, desde 1545, fez com que multidões de espanhóis e estrangeiros se dirigissem para o Alto Peru. Em apenas dez anos, onde antes não havia nada, surgiu uma cidade dinâmica e rica com 45 mil habitantes. No auge da extração da prata (1590-1600), chegou a ter cerca de 150 mil habitantes, abastecendo o mundo com 200 toneladas de prata por ano (Vilar, 1980: 162, 145-155).

Enquanto Potosí alimentava a corrida por metais preciosos, no Brasil a obsessão metálica levou Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, em 18 de julho de 1551, a escrever ao rei que “esta terra [o sudeste do Brasil] e o Peru é toda uma”. A premissa denunciava que o que se buscava realmente no Brasil era o Peru. É assim, por exemplo, que se organizou a expedição comandada por Pero Lobo que deveria chegar às minas de prata. Ao adentrar o território rumo ao Alto Peru, toda a expedição foi dizimada por índios (Figueiredo, 2011, p. 47).

O ímpeto português por descobrir tesouros minerais fez com que expedições partindo do litoral do atual estado da Bahia, na região de Porto Seguro, ou subindo pelo Rio Doce, cuja foz estava situada na capitania do Espírito Santo, adentrassem o território brasileiro, desbravando a região que hoje chamamos de Minas Gerais. Francisco Bruza Espinosa (1553), Martim de Carvalho (1567), Sebastião Fernandes Tourinho (1572), Antônio Dias Adorno (1572) e Marcos de Azevedo (1596 e 1611) andaram pelo futuro território mineiro e, ao retornar, trouxeram os primeiros achados auríferos, reforçando a certeza da localização dessas riquezas no interior e ajudando

a propagar os mitos da existência de um Eldorado em terras portuguesas na América (Furtado, 2004: 99).

Do contato com os indígenas, surgiu a lenda do *Sabarabuçu*, uma montanha resplandecente que teria no seu pé uma lagoa dourada, a *Vapabuçu*, onde se encontrariam ouro, prata e esmeraldas. Sua localização exata era incerta, variando em algum lugar do sertão, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, em latitude próxima à de Potosí. Segundo relatos, a montanha dourada andava pelas florestas, sendo avistada de noite no horizonte, mas com o raiar do dia desaparecia. Além do exercício inventivo, a lenda prestava-se a vários propósitos. Para os nativos, a narrativa fantástica fazia com que invasores não se estabelecessem em suas terras, não importando onde estavam, pois a serra resplandecente estaria sempre mais adiante. Para os forasteiros, como os habitantes da capitania de São Paulo, chamados de *paulistas*, o mito encobria atividades de caça ao índio. Para a coroa portuguesa, impulsionava o desbravamento e a busca de riquezas no interior da colônia (Figueiredo, 2011: 50 y 51).

I. A CORRIDA DO OURO EM MINAS GERAIS

Desde o início da colonização portuguesa, o governo preocupou-se em organizar expedições oficiais —chamadas de *entradas*— que, partindo do litoral brasileiro, deveriam avançar rumo ao interior à procura de ouro e pedras preciosas. Estas viagens, porém, obtiveram pouco sucesso e já no início do processo de colonização perderam importância. O mesmo não ocorreu com as *bandeiras*.

Bandeiras eram expedições particulares que partiam geralmente da vila de São Paulo com o objetivo de capturar indígenas e achar metais e pedras preciosas. Com a expansão da cultura do trigo em São Paulo, sobretudo entre 1630 e 1680, aumentou a procura por trabalhadores na região (Monteiro, 1999: 113-128). Para suprir a falta de braços, paulistas empreenderam-se rumo aos *sertões*, que eram imensos espaços que ficavam no interior, desviados das povoações litorâneas, nas margens do mundo conhecido.

Algumas expedições, saídas de São Paulo em busca de metais preciosos, cruzaram o interior do centro-sul durante todo o século XVII, e embora tivessem encontrado algum ouro, só na última década do Seiscentos é que os paulistas fizeram achados significativos de ouro nos leitos dos rios e ribeirões que em grande número cortavam a área do hoje conhecido estado de Minas Gerais.

Apesar da cronologia, autores e o sítio exato das ocorrências serem incertos e duvidosos, há concordância na historiografia que entre 1693 e 1698 os descobertos auríferos de Minas Gerais começaram a se tornar públicos e passaram a atrair uma multidão de forasteiros para a região. De qualquer maneira há, a partir de 1697, remessas de ouro para Lisboa. Em setembro daquele ano, doze navios saídos do Rio de Janeiro levaram seis mil caixas de açúcar e “uma partida de ouro em barra”. A presença do metal na frota vinda do Brasil foi tão inusitada que espiões franceses instalados em Lisboa pensaram que o ouro era proveniente do Peru (Figueiredo, 2011: 131; Pinto, 1976: 137). Nos anos seguintes, desembarcaram em Portugal 725 quilos em 1699, 1.785 quilos em 1701 e 4.350 quilos em 1703 (Hollanda, 1997: 265).

Desde os primeiros achados, os paulistas tentaram —em vão— manter os descobertos em segredo, para que apenas eles os explorassem sozinhos. O silêncio fracassou e logo que a notícia se espalhou houve uma corrida do ouro.

Com a difusão do relato da existência de minas de ouro no centro-sul da América portuguesa, afluíram para a região milhares de pessoas das mais diversas origens e condições sociais. Na Bahia, em 1709, o jesuíta italiano Giovanni Antonio Andreoni (1649-1716) descreveu, sob o pseudônimo de André João Antonil, o mar de gente que partiu do litoral para as minas à procura de ouro:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das Minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão... Cada ano, vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa (Antonil, 1982: 167).

A corrida do ouro para Minas Gerais, entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, proporcionou “talvez” o maior fluxo migratório de pessoas —escravos africanos, brancos e livres— para um continente ao longo da história. A febre do ouro no Brasil foi o acontecimento mais espetacular observado na Era Moderna.

II. A GRANDE INVASÃO

A descoberta de ouro nos sertões da América portuguesa fez com que se operasse um rápido e intenso processo migratório para Minas Gerais, facilitado pelo fato de o ouro encontrado e, depois, extraído nos seus primeiros anos, se localizar quase todo em terrenos de aluvião, ou seja, nas margens e na foz de rios e córregos, onde a erosão depositava cascalho, areia e argila, permitindo a qualquer indivíduo, sem necessidade de muitos recursos, ingressar na atividade mineradora. O sistema de extração era simples: “ficava-se dentro dos ribeiros, com água até a cintura. Com uma bateia, lavavam-se as areias auríferas, até que os materiais mais leves ficassem na parte superior, de onde eram retirados. No fundo ficava o ouro, misturado a outros minerais”. A época mais adequada para a extração mineral era o inverno, “quando o nível da água dos rios estava mais baixo, o que permitia trabalhar melhor os leitos”. O ouro assim extraído já vinha em pó ou em pepitas, não necessitando esforços para dissolver as rochas; assim como não se tinham gastos financeiros com a compra de mercúrio para formar amálgamas. Ao ser retirado da bateia, o ouro já podia ser usado como moeda (Carrara, 2008: 16). Naquele tempo, com exceção dos achados excepcionais, cada indivíduo tirava a impressionante média de 200 gramas de ouro por ano (Pinto, 1979: 69; Figueiredo, 2011: 132).

Em ritmo acelerado, a corrida em busca do metal precioso chegou a se constituir em ameaça de despovoamento e desequilíbrio econômico para vários pontos do Brasil e de Portugal, forçando, inclusive, a coroa portuguesa a lançar mão de três leis para frear o movimento migratório para o Brasil (Anastasia; Lemos; Julião, 1999: 29).

Tomados pela “cobiça de fácil fortuna” ou em “busca de remédios para suas necessidades”, milhares de portugueses venderam tudo o que possuíam para comprar uma vaga nos navios que faziam a rota Lisboa-Salvador, Lisboa-Recife e Lisboa-Rio de Janeiro. Da África e do Oriente, funcionários da coroa e portugueses largaram seus empregos e seus negócios e migraram para o Brasil. Em Portugal, a febre do ouro praticamente despovoou vilas inteiras do Douro e de Trás-os-Montes, no norte do país (Figueiredo, 2011: 133 y 134). Na província do Minho, a corrida para vir para a América foi tão intensa que a coroa se viu obrigada a proibir por lei que seus moradores se mudassem para o Brasil, pois o sonho de riqueza na América fez com que a região, antes a mais povoada do reino, se tornasse quase desabitada, a ponto de não ter “gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço

dos povos”, como cita a lei de 20 de março de 1720.² Em 1732, o Conselho Ultramarino representava ao rei sobre o mesmo assunto, alarmado com a migração e o aumento da população branca na colônia:

A fama dessas riquezas convida os vassallos do Reino a passarem-se para o Brasil e procurá-las e ainda que por uma lei, se quis dar providência a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela e passam para aquele estado muitas pessoas, assim do Reino com das ilhas, fazendo esta passagem ocultamente, negociando este transporte com os mandantes dos navios e seus oficiais, assim nos de guerra, como nos mercantes, ou com fraude que se fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas... Por este modo se despovoará o Reino e em poucos anos virá o Brasil a ter tantos vassallos brancos como tem o Reino (Apud. Costa, 1981: 28).

A preocupação governamental tinha razão de ser, pois nas primeiras seis décadas da exploração aurífera chegaram da metrópole cerca de 600 mil pessoas, em média de dez mil indivíduos por ano (Figueiredo, 2011: 134).

Ao desembarcarem, os portugueses encontraram uma colônia em delírio, já que a febre desenfreada pelo ouro também provocava grandes migrações internas. De todas as partes da América portuguesa, toda sorte de gente rompia os matos da serra da Mantiqueira, deslocando-se rumo aos regatos auríferos. O arguto observador e intérprete da realidade das Minas Gerais setecentista, o desembargador José João Teixeira Coelho (1731-?), em fins do século XVIII, iniciava suas reflexões sobre o estado eclesiástico da capitania mineira, de sua obra *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais* (1780), interpretando que a notícia do descobrimento das lavras de ouro levou “frades de diversas religiões” a se deixarem dominar pelo “espírito de interesse” e não pelo “bem das almas”, pois eles, “como se fossem seculares, se fizeram mineiros e se ocuparam em negociações e em adquirir cabedais por meios ilícitos, sórdidos e impróprios do seu estado” (Coelho, 1994: 110). Os sonhos de riqueza e a ganância de aventureiros fizeram com que houvesse debandada de alfaiates e sapateiros da vila de São Paulo. Na capitania do Rio de Janeiro, comerciantes de carne e de farinha tomaram o rumo das minas, assim como vários agricultores que abandonaram suas lavouras. Nos quartéis da vila de Santos, no litoral da capitania de São Paulo, “soldados que viviam à beira da miséria, ganhando como soldo apenas uma ração diária de farinha, desertaram aos montes e fugiram para as minas”. Em Pernambuco, donos de engenhos trocaram o açúcar pelo fascínio do

² Costa, 1981: 51.

ouro. “Nos portos de Recife, Rio de Janeiro e Salvador, navios deixaram de zarpar por falta de marinheiros” (Figueiredo, 2011: 135).

Da Bahia, o ouro também atraiu milhares de pessoas. Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), contemporâneo desse processo, diz em sua *História da América portuguesa*, publicada em Lisboa em 1730, que

o ouro das Minas do Sul foi a pedra-ímã da gente do Brasil e com tão veemente atração, que muita parte dos moradores de suas capitânias, principalmente da Bahia, correram a buscá-lo, levando escravos que ocupavam em lavouras ...Da sua ausência se foi experimentando a falta na carestia dos víveres e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas que produziam (Pita, 1976: 241).

Assim que chegavam às minas, os exploradores descobriam uma realidade muito diferente da que havia povoado seus sonhos. Aqueles aventureiros que conseguiam atingir o Eldorado mineiro tratavam de logo iniciar os trabalhos de mineração, sem se preocupar em plantar ou criar animais para subsistência. Os alimentos que chegavam da costa e as poucas roças então existentes não eram suficientes para sustentar o fluxo desordenado de pessoas vindas de diferentes lugares e, como consequência, crises de fome assolaram a região entre os anos de 1697-1698, 1700-1701 e em 1713 (Guimarães, Carlos Magno; Reis, Flávia, 2007: 323).

Surpreendidos com as ondas de fome, muitos aventureiros abandonaram as áreas auríferas, enquanto outros chegavam para logo em seguida aumentar o número de desesperados. Em carta ao rei, de 20 de maio de 1698, Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, descreveu o desespero dos mineiros: “Chegou a necessidade a tal extremo, que se aproveitavam dos mais imundos animais, e faltando-lhe estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas, e fugiram para os matos com seus escravos a sustentarem-se com as frutas agrestes que neles achavam” (Apud. Pinto, 1979: 53). Entre os animais exóticos e pouco peculiares ao cardápio de muitos forasteiros estava o bicho-de-taquara, “uma larva de borboleta encontrada no oco dos bambus.” Os indígenas, acostumados àquela iguaria, sabiam que antes de comê-lo, era preciso colocá-lo em água fervendo. Se o bicho se mexia, era porque estava vivo e em estado comestível; se no preparo ele não se mexesse mais, era porque já estava morto, e nessa condição era “veneno refinado”. Desinformados daquela artimanha, os aventureiros comiam tanto as larvas vivas quanto as mortas, “pagando o preço da ignorância” (Figueiredo, 2011: 137-138).

A imagem do caos, da fome, das doenças, da carestia, da dispersão dos mineiros e da fluidez geográfica dos povoados —movida de um lado para

o outro, ao sabor dos novos descobertos e em decorrência do esgotamento de velhas lavras—, tornaram-se os traços marcantes dos primeiros anos de Minas Gerais.

Para atenuar as crises de abastecimento e de fome, a coroa portuguesa iniciou uma política de concessão de terras entre a população livre, as chamadas sesmarias, que passaram a produzir parte dos gêneros de subsistência para a população. Apesar de o interesse português se concentrar na atividade mineradora, as autoridades não negligenciaram incentivos às práticas agrícolas e a criação de animais, pois se assim fizessem, poderiam colocar o processo de colonização de Minas Gerais e a extração aurífera em descontinuidade. Incentivos à agropecuária ocorreram em menor proporção, enquanto o ouro e outros minerais, como o ferro e o diamante (oficialmente descoberto em 1729 no arraial do Tijuco), dominavam a importância econômica local. Tal quadro permaneceu até a segunda metade do século XVIII, quando então a agricultura e a criação de animais adquiriram destaque econômico como a solução encontrada pelos mineradores para superar a retração da atividade aurífera (Guimarães, Carlos Magno; Reis, Flávia, 2007: 324; Bergad, 2004: 51-76).

A “grande invasão” provocou o aparecimento de arraiais no entorno das reservas auríferas mais rentáveis, que se transformaram em núcleos urbanos. Em 1711, criaram-se as primeiras vilas: Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Logo após, entre 1713 e 1718, cinco outras vilas foram instituídas: São João del-Rei (1713), Vila Nova da Rainha (Caeté, 1714), Vila do Príncipe (Serro do Frio, 1714), Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui (1715) e São José del-Rei (Tiradentes, 1718). Por provisão régia de 6 de abril de 1714, o território mineiro foi dividido administrativamente em três comarcas: a de Vila Rica, cuja capital era Ouro Preto, a do Rio das Velhas, com sede em Sabará, e a do Rio das Mortes, sediada em São João del-Rei. Em 1720, Minas Gerais tornou-se independente, constituindo-se como capitania administrativa autônoma (Pinto, 1979: 55; Luna, 2009: 261).

A concentração demográfica, por sua vez, provocou uma alta vertiginosa no preço dos alimentos e do braço escravo. Por volta de 1703, período de procura excessiva por mercadorias e alimentos, o padre jesuíta André João Antonil informou que naquela época se pagava por uma rês oitenta oitavas de ouro nos arraiais mineiros (120 mil-réis ou aproximados 430 gramas de ouro), enquanto saía por cinco vezes menos no Rio de Janeiro ou em Salvador e dez vezes menos nos postos do sertão. Um alqueire de farinha de man-

dioca ou um barril de aguardente saia por cem oitavas cada (150 mil-réis ou 358 gramas de ouro), uma galinha de três a quatro oitavas (4 a 6 mil-réis ou de 10 a 14 gramas de ouro), um par de sapatos cinco oitavas (9 mil-réis ou 18 gramas de ouro), uma pistola comum dez oitavas (15 mil-réis ou 35 gramas de ouro), um escravo adulto (“bem feito, valente e ladino”) saia por trezentas oitavas (450 mil-réis ou 1,075 quilo de ouro) e uma mulata seiscentas oitavas (900 mil-réis ou 2,151 quilos de ouro). Para se avaliar a desproporção destes preços e os valores correntes no restante da América portuguesa, basta o confronto entre o preço da carne e do boi em Minas Gerais em 1703 e na Bahia em 1719. Neste ano, na Bahia, um boi para corte custava entre 8 e 10 mil-réis. Entretanto, em 1703, nas Minas Gerais, um boi atingia o valor de 150 mil-réis. Com o passar dos anos, ainda de acordo com Antonil, os preços nas Minas se tornaram mais moderados (Antonil, 1982: 167; Pinto, 1979: 56 y 57).

A partir do início do século XVIII configurou-se um complexo abastecedor para a região constituído por São Paulo, de onde vinham notadamente mulas, gado, milho, trigo, marmelada e mandioca; do Rio de Janeiro chegavam carregamentos de sal, ferramentas e escravos; da Bahia vinham gado, couro, farinha e escravos; da região sul do Brasil chegavam mulas, cavalos, charque, gado bovino e couro; da África, principalmente escravos; e da Europa chegavam artigos de luxo. Em 1703, já se podiam comprar bugigangas vindas da França, roupas de seda e linho, chapéus de pele de castor (12 oitavas ou 18 mil-réis ou 43 gramas de ouro) ou até mesmo um negro trombeiteiro (500 oitavas ou 1,8 quilo de ouro), encarregado de anunciar, com sua corneta, a chegada de seu senhor em locais públicos (Antonil, 1982: 169-173; Figueiredo, 2011: 141).

Para explorar os regatos auríferos mais rentáveis, utilizou-se mão de obra escrava africana. A escolha se deveu, inicialmente, pela descoberta do ouro ter ocorrida em uma região escassamente habitada por índios nômades e hostis. Assim, ao contrário do Peru, “onde povos sedentários puderam ser mobilizados por meio do sistema de mita, de trabalho rotativo temporário”, em Minas Gerais os portugueses recorreram à escravidão africana, forma de trabalho já utilizada no Brasil desde o século XVI e que também era típica da exploração de ouro na América espanhola. Africanos escravizados iam com seus senhores para a região aurífera ou eram vendidos pelas fazendas e vilas no litoral. Com o aumento da demanda por trabalhadores escravos, desenvolveu-se rapidamente um ativo comércio interno e direto com as minas, levando algumas regiões a sentirem falta de mão de obra, ocasionando aumento de preço dos cativos em toda a colônia e, também, o incremento

do tráfico atlântico de escravos (Schwartz, Stuart; Lockhart, James, 2010, p. 428). Sem nenhum escravo negro no final do século XVII, estima-se que nos primeiros vinte anos da mineração entraram em Minas Gerais cerca de 50 mil escravos, de um total entre 80 e 120 mil habitantes (Libby, 2007, p. 411). Em 1717, por exemplo, a população cativa era calculada em torno de 30 mil pessoas e em 1738 já se atingia a cifra de mais de 100 mil. Este aumento se justifica por ser a mineração o maior pólo consumidor de mão de obra negra na América portuguesa.

Neste quadro, os dados da importação de escravos africanos ou nascidos na colônia que migraram forçosamente para Minas Gerais são reveladores dessa dinâmica. De 1699 a 1717, estima-se que 2,600 cativos chegaram por ano da África. Entre 1717 e 1723, as entradas atingiram a marca de 3,500 a 4,000 escravos anuais. Nos anos de 1723 a 1735, chegaram entre 5,700 a 6,000 negros. O auge das importações ocorreu entre 1739 e 1741, quando desembarcaram nas terras mineiras 7,360 escravos por ano. A partir de então, as vindas de africanos, que antes estavam em ascendência, começam a diminuir, reduzindo-se a uma média de 5,900 indivíduos por ano, na década de 1750. No decênio seguinte, os números chegaram a entradas anuais de quatro mil escravos importados (Russel-Wood, 2005: 164).

Assim, como se observa, havia dois grandes movimentos populacionais para a zona aurífera: uma migração voluntária vinda das regiões costeiras do Brasil e, sobretudo, do norte de Portugal, e uma migração negra forçada vinda do litoral e da África, principalmente do Golfo do Benin (área atual entre a Costa do Marfim e a Nigéria) (Schwartz, Stuart; Lockhart, James, 2010: 428).

III. A MIGRAÇÃO FORÇADA DE ESCRAVOS AFRICANOS

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”: com esta expressão o padre jesuíta André João Antonil expôs de maneira brilhante a essência da colonização portuguesa na América (Antonil, 1982: 89). Desde a terceira década do século XVI, quando escravos africanos passaram a ser introduzidos como mão de obra para suprir a carência de trabalhadores nas lavouras de cana de açúcar em São Paulo, a escravidão se tornou a relação de trabalho dominante na América portuguesa.

Apesar de a migração forçada de escravos africanos para o Brasil datar oficialmente de 1549, informações de seu uso como mão de obra na monocultura canavieira paulista já aparecem em relatos de 1535. Por volta de 1570 já existiam milhares deles empregados em engenhos de açúcar, tanto

em São Paulo quanto no litoral do nordeste, com ênfase nas áreas que compreendem hoje os estados da Bahia e de Pernambuco (Marcílio, 1999: 327).

Mesmo com exaustivas e significativas pesquisas sobre o volume do tráfico de escravos praticado através do Atlântico, não é possível estabelecer com precisão o número total de cativos importados da África para as Américas. No caso do Brasil, a tarefa tornasse mais complicada, uma vez que muitas provas, sobretudo em relação ao número de escravos, foram queimadas em decorrência de um decreto-lei do final do século XIX (Marcílio, 1999: 327). Apesar disso, muitos documentos sobreviveram em arquivos locais e em instâncias administrativas. No caso de Minas Gerais, região e assunto deste estudo, os números de escravos presentes naquela localidade, no princípio da exploração do ouro, podem ser discutidos tendo-se por base as listas de proprietários de escravos elaboradas para a cobrança dos quintos reais.

A listagem dos quintos foi instituída para se controlar a arrecadação do imposto de 20% sobre o ouro extraído. Segundo Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, no ano de 1713 estabeleceu-se um acordo entre a coroa portuguesa e os mineradores, que se comprometeram a recolher anualmente, em conjunto, uma quantidade prévia de ouro aos cofres públicos. O pagamento efetuava-se por meio de um sistema de taxas, chamado de capitação, que incidia sobre o número de escravos de cada senhor. Para facilitar esta cobrança, as câmaras —incumbidas desta tarefa— organizaram em cada localidade listas que continham os nomes dos proprietários e de seus respectivos escravos; para os últimos indicava-se, usualmente, a origem (Luna; Costa, 2009: 25 y 26).

Por ser uma fonte produzida com finalidades fiscais, recai sobre tais listagens críticas sobre a provável sonegação de informações, com o propósito de o minerador se furtar ao pagamento da tributação, ocasionando anotações parciais da população escravizada (Bergad, 2004: 147-150; Botelho, 2006: 202). Não fugindo ao debate sobre os limites de uso destes documentos, Tarcísio Rodrigues Botelho alega que, embora se possa dizer que a sonegação esteve presente nos registros dos quintos reais, ela foi minimizada pela proximidade entre o coletor de informações e os senhores de escravos, que se conheciam e moravam na mesma vila, gerando certa “solidariedade” entre a população tributada, uma vez que o imposto não pago por um minerador teria que ser quitado por outro, até que se completasse o valor designado (Botelho, 2000: 4; Botelho, 2006: 202 y 203).

Para as duas primeiras décadas do século XVIII, sobreviveram muitas destas séries documentais, que cobrem quase todas as vilas da região mine-

radora. A partir do final dos anos de 1940, as listagens de escravos compilados para a capitação foram exploradas por vários historiadores. Os primeiros foram Maurício Goulart (*A escravidão no Brasil: das origens à extinção do tráfico* – 1949) e Charles Boxer (*The golden age of Brazil* – 1962). Depois, tivemos Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, Laird Bergad, Tarcísio Botelho, Douglas Cole Libby, Renato Pinto Venâncio e Moacir Rodrigo de Castro Maia, entre outros, como os pesquisadores que melhor trabalharam estes documentos. Para Vila Rica existem listas para 1718, 1721 e 1722. Da vila de Sabará têm-se registros para 1717, 1720 e 1723. Para a vila de Pitangui há um conjunto de listas para os anos de 1718 a 1723. Para a vila de São João del-Rei existem dados que vão de 1717 a 1721. Quanto à vila de São José del-Rei (Tiradentes), há informações para 1717, 1718, 1722 e 1723. Para Vila do Carmo (Mariana) existem listas para os anos de 1718 a 1721 e 1723.³

Entre os números da população escrava que conseguimos quantificar, a partir das listagens de arrecadação dos quintos reais estudados pela historiografia, temos:

Tabela 1. População escrava de seis vilas mineiras (1717-1723)

	1717	1718	1719	1720	1721	1722	1723
Vila Rica	—	4.328	—	—	10.881	11.870	13.672
Mariana	—	10.974	10.937	9.812	10.861	—	15.82
Sabará	3.582	—	—	—	10.741	—	7.649
São João	3.177	1.347	*	*	11.120	—	—
Pitangui	—	300	415	419	893	867	865
São José	3.871	*	—	—	—	3.357	3.961

* não foi possível quantificar, com exatidão, o número desta população escrava. FONTE: Luna; Costa, 2009: 25-32; Botelho, 2000: 2-20; Bergad, 2004: 147-157; Libby, 2007: 409-414; Maia, 2007: 1 y 2; Carrara, 2007: 327.

Apesar de omissões “censitárias”, é possível vislumbrar algumas conclusões sobre a população escravizada nas localidades indicadas, entre os anos de 1717 e 1723. De maneira geral, no ano de 1718 constatou-se a presença de 16,949 mancípios, em quatro localidades. Quantitativamente, Mariana (Vila do Carmo) mostrou-se como o núcleo mais representativo, com 10,974 cativos. Ao lado desta população somavam-se 1,148 senhores,

³ Luna; Costa, 2009: 25-32; Botelho, 2000: 3; Bergad, 2004: 147-157; Libby, 2007: 410 y 411; Maia, 2007: 1; Carrara, 2007: 327.

totalizando 12,122 indivíduos envolvidos efetivamente com a mineração. Naquela vila ainda residiam outras 5,498 pessoas livres; o que, no geral, garantia àquele núcleo a residência de 17,620 habitantes. Vale a ressalva que apenas os negros relacionados às práticas minerais estiveram quantificados nas listagens de capitação e que, portanto, os números populacionais escravistas devem ser maiores, já que a mão de obra negra forçada também era utilizada em atividades agrárias e pastoris, em serviços domésticos e em atividades relacionadas ao comércio.

Na Tabela I também merece destaque Vila Rica com 4,328 escravos, distribuídos em plantéis de 687 proprietários, que somados aos 2,885 indivíduos livres, tinha como população 7,900 pessoas.

Em 1718, Vila Rica e Mariana responderam por 15,302 cativos (90.3%) dos 16,949 escravos residentes nas quatro vilas mineiras indicadas, sendo que destes 64.8% estavam em Mariana e 25.5% em Vila Rica. A princípio, esta superioridade numérica se explica por serem locais associados à fase inicial da mineração e, por consequência, áreas de maior concentração de cativos nas Minas Gerais, pelo menos até meados do século XVIII. Com base nisto e pelas limitações espaciais deste texto, apenas apresentaremos dados relativos a essas duas localidades.

Nessas duas vilas, no período de 1718 a 1723, de acordo com as listas de capitação, foram incorporados 14,198 cativos ao extrativismo mineral; sendo que deste montante 9,344 manciípios foram para Vila Rica (65.8%) e 4,854 para Mariana (34.2%), representando um crescimento populacional conjunto de 92.8%. A taxa de crescimento individual para cada uma daquelas localidades foi de 215.9% para Vila Rica e 44.2% para Mariana. Este significativo aumento se reflete na produção de ouro extraído do solo mineiro.

Tabela 2. Estimativa da produção de ouro em Minas Gerais

<i>Período</i>	<i>Quantidade (quilogramas/ano)</i>
1700-1705	1.470
1706-1710	4.410
1711-1715	6.500
1716-1720	6.500
1721-1725	7.000
1726-1729	7.500
1730-1734	7.500
1735-1739	10.637
1740-1744	10.047

FONTE: Noya, 1979: 114.

Infelizmente, pela falta de informações seguras sobre exportações, impostos e consumo local, além de contrabando, a produção de ouro extraído de Minas Gerais é apenas estimada. Em ambas as tabelas, entre os meados das décadas de 1710 e 1720 houve correlação entre o aumento da produção aurífera e o incremento da entrada de escravos. Ao longo dos quinquênios, percebe-se que a extração de ouro cresceu rapidamente e chegou a mais de dez toneladas por ano na década de 1730.

A partir destas informações, resta-nos conhecer as divisões internas dos plantéis e a repartição dos escravos segundo sua origem, para se detalhar o processo migratório direcionado às Minas Gerais nos primeiros anos da exploração dos garimpos. Iniciemos com a divisão interna dos plantéis:

Tabela 3. Estimativa populacional de Vila Rica e Mariana (1718, 1721 e 1723)

<i>População</i>	<i>Vila Rica</i>			<i>Mariana</i>		
	1718	1721	1723	1718	1721	1723
Escravos	4,328	10,881	13,672	10,974	10,861	15,828
Senhores	687	1,757	—	1,148	—	—
Livres	2,885	5,497	—	5,498	—	—
Total	7,900	18,135	—	17,620	22,210	—

FONTE: Luna, 2009: 264 y 265; Carrara, 2007: 327; Maia, 2007: 2.

No ano de 1718, a população mancipia de Vila Rica representava 54,8% do grupo populacional daquela urbe. No ano seguinte, exatos 60% da população eram mancipios. Em Mariana, 62.3% de seus moradores eram cativos, em 1718. Para se ter ideia da representatividade destes percentuais, basta observar que a população de Salvador, capital do Brasil, em 1724, era composta por 48.5% de cativos. Stuart Schwartz, em seu estudo sobre a sociedade e as áreas açucareiras da Bahia, mostrou que no Recôncavo, a escravaria representava 61%, no litoral sul 49.5%, em Sergipe de El-Rey 54.7% e no sertão do rio São Francisco 45.6%. No total, a capitania da Bahia possuía 56.9% de escravos (Schwartz, Stuart, 1999: 87).

De acordo com estimativas de 1742, a capitania de Minas Gerais tinha mais ou menos 100 mil escravos. Em 1766, essa população passou para 126,603, representando 60.7% dos seus 208,600 habitantes. No censo de 1776, os negros escravos representavam 52.2% da população, ou 166,995 pessoas, de um total de 319,769 residentes. Em 1786, a massa mancipia era de 196.498 indivíduos (49.9%), de 393,698 habitantes. Na primeira década do século XIX, em 1808, em um grupo com 433,049 habitantes, os escravos

somavam 34.3% (Carrara, 2007: 327-329). Ao longo da segunda metade do século XVIII, os escravos negros diminuíram sua participação no total da população da capitania, fazendo surgir nesse ambiente, outros indivíduos, como pardos e alforriados, que mantiveram em ordem as necessidades de mão de obra, deslocada ora para a mineração —em retração desde a metade daquela centúria—, ora para atividades agropastoris, cada vez mais dinâmicas no sul de Minas Gerais.

Mesmo com a diminuição da participação de escravos no total populacional da capitania ao longo do século XVIII, até a década de 1780 sua participação estava na casa dos 50% do total. De acordo com estimativas de 1789, a capitania do Rio de Janeiro tinha 168,709 habitantes, dos quais 82,448 eram escravos ou 48.9% do total (Fragoso, 1998: 92). A cidade de São Paulo, de 1765 a 1768, apresentou média de 31.3% de mancipios (8,868), entre 28,307 residentes. Em 1777 tem-se 21.9% de cativos (9,054), de um total de 41,369 moradores da capital paulista (Luna; Klein, 2005: 53).

Para se comprovar a importância dos escravos em Minas Gerais, e mais particularmente em Mariana e Vila Rica, passemos à análise da composição interna dos plantéis, com estudo da posse e da repartição dos cativos quanto as suas origens.

Tabela 4. Estrutura de posse de escravos – Vila Rica e Mariana (1718)

<i>Tamanho do lantel</i>	<i>Vila Rica</i>		<i>Mariana</i>	
	<i>Proprietários (%)</i>	<i>Escravos (%)</i>	<i>Proprietários (%)</i>	<i>Escravos (%)</i>
1 a 5	64,9	25,7	55,7	15,8
6 a 10	18,9	22,9	23,3	23,4
11 a 20	10,9	24,7	14,3	27,6
21 a 40	4,0	17,9	5,4	19,1
41+	1,3	8,8	1,3	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Luna, 2009: 264-265.

As listas para os quintos de 1718 revelam que aproximadamente 65% de todos os proprietários de Vila Rica possuíam cinco escravos ou menos, e 56% em Mariana. Esses dados demonstram o predomínio de senhores com reduzido número de escravos (entre um e cinco). Em ambos locais, em torno de 6% dos senhores anotaram possuir mais de vinte cativos, embora a eles coubesse cerca de 30% da massa cativa arrolada. Mesmo assim é permitido conjecturar que não se observava, já em momento de intensa produ-

ção aurífera, grandes unidades escravistas. No geral, as informações obtidas revelaram uma distribuição relativamente homogênea dos cativos entre os diversos plantéis e que o ouro figurava ao alcance de muitos proprietários.

Com base nas listas da capitação confirma-se que a estrutura produtiva da extração aurífera ocorreu na pequena propriedade. Neste sentido, reveste-se de importância o fato das pessoas deslocarem-se, tanto do Brasil como de Portugal, para os garimpos por iniciativa própria, sem necessitarem de estímulos do Estado, como a concessão de extensas glebas de terra, características de outras áreas da colônia e que acabava por condicionar a estrutura de propriedade nelas imperante (Luna, 1981: 157).

Nas Minas Gerais, a atividade extrativista, da maneira como se organizava, privilegiava a mão de obra enquanto fator de produção, estimulando a alocação maciça de recursos na aquisição de escravos. É a partir disso que se explica e confirma o marcante peso relativo dos africanos nos plantéis, pelo menos nos momentos iniciais da atividade mineradora.

A rápida expansão dos trabalhos extrativos —atestada na produção anual de ouro, indicada na Tabela 2— exigia correlato incremento de mão de obra mancipia, atendido tanto pelo deslocamento de cativos já presentes na colônia, como pela aquisição de novos contingentes de escravos oriundos da África.

Tabela 5. Repartição dos escravos segundo a origem (1718)

<i>Origem</i>	<i>Vila Rica</i>		<i>Mariana</i>	
	<i>Número de escravos</i>	<i>%</i>	<i>Número de escravos</i>	<i>%</i>
Africanos	3.862	89,2	9.712	88,5
Coloniais negros	241	5,6	637	5,8
Índios/Reinóis/ Indeterminados	225	5,2	625	5,7
Total	4.328	100,0	10.974	100,0

FONTE: Adaptado de Luna, 2009: 270 y 271.

Quanto à origem dos escravos, nota-se o percentual médio de 88,8% de africanos nas populações escravas de Vila Rica e Mariana, no ano de 1718. Dos negros trazidos forçadamente para Minas Gerais destacam-se os sudaneses e os bantos, em razão de possuírem mais conhecimento técnico e por estarem familiarizados com as atividades de mineração em suas “nações” de origem. Entre os escravos africanos quantificados, Vila Rica possuía 52,5% de sudaneses e 45% de bantos; já Mariana apresentava 51,77% de sudaneses e 45,57 de bantos. Dentre os negros pertencentes ao grupo etnolinguístico

banto se destacam os Angola, Benguela e Congo; entre os sudaneses há preeminência para os Mina, Nagô e Cabo Verde (Luna, 2009: 230-233; Luna, 2009: 270 y 272).

Ainda com base nos dados da capitação, cabe a ressalva que, em relação ao elemento colonial, 8,1% da escravaria mineira, nascida na colônia, era indígena. Sua elevada presença se explica por Minas Gerais ter sido área densamente povoada por silvícolas, antes das descobertas das jazidas de ouro. Das seis vilas indicadas na tabela 1, sua participação fazia-se mais intensa em São João del-Rei e na vila de Pitangui: locais em que predominavam os paulistas que se serviam de sua força motriz como mão de obra escrava (Luna, 2009; Costa, 2009: 26).

Em 1718, os escravos índios, denominados carijós, representavam de 2% a 5% do total da escravaria de Vila Rica e Mariana. Em Pitangui, a título de ilustração, registrou-se 9.3% da escravatura de 1718 como indígenas (28 indivíduos); em 1723, eles responderam tão-somente por 5.2% (45 pessoas). Neste intervalo tivemos em 1719 e 1720 o registro igual de 37 escravos silvícolas em cada ano, representando, respectivamente, 9.0% e 8.9% do total. Em 1722 listaram-se 54 indígenas (6.0%). Neste mesmo período, de 1718 a 1723, a participação do elemento negro africano nos plantéis permaneceu praticamente inalterada – pouco acima de 80%. O componente respeitante aos coloniais manteve-se igualmente estável, em que pese a queda percentual de índios. Isso se deveu ao significativo acréscimo, em termos absolutos e relativos, de acordo com Francisco Luna e Iraci Costa, dos cativos coloniais de ascendência africana. No século XIX, em censo realizado em 1804, nenhuma das vilas indicadas na tabela 1 contou com índios em plantéis escravos (Luna, 2009; Costa, 2009: 27).

Ao lado dos indígenas escravos, outro grupo minoritário merece destaque: os escravos oriundos do fluxo migratório de Portugal. Na transcrição de informações para as listas de capitação ocorria de o escrivão registrar a “nação” do cativo e, por conseguinte, alusões aos mancebros vindos de Portugal, designados “do Reino”, “de Portugal”, “Reinol” e, mais raramente, “de Lisboa” e “do Alentejo” (Venâncio, 2000: 213).

Apesar de a imigração de escravos portugueses ocorrer raramente, ela se fez presente. Em 1718, Vila Rica registrou a presença de dois cativos da metrópole e, em Mariana, pelo menos um se fez lembrado. A inexpressiva proveniência de escravos do reino em Minas Gerais, talvez se explique pelos custos e riscos da viagem entre Portugal e Minas Gerais. No Novo Mundo, o tráfico internacional seguiu padrões de empresa lucrativa e racional. De acordo com Renato Pinto Venâncio, “adquirir os cativos somente após ter se fixado nas lavras parece ter sido um comportamento seguido pela es-

magadora maioria dos portugueses residentes nas Minas Gerais” (Venâncio, 2000: 213).

No estudo detalhado desta população, Renato Venâncio mostrou que os cativos do reino pertenciam aos estratos superiores da classe senhorial. Os dois escravos arrolados em Vila Rica pertenciam a senhores com plantéis de 22 e 18 escravos, respectivamente. Os proprietários de origem portuguesa dispunham de plantéis de 14 a 38 escravos, o que os colocava na faixa dos 20% mais ricos senhores de Minas Gerais colonial (tabela 4). Na freguesia da Passagem, pertencente à Mariana, um proprietário, de origem não-portuguesa, declarou que entre seus nove escravos havia um proveniente de Portugal (Venâncio, 2000: 214 y 215).

Se comparados aos índios e aos milhares de africanos submetidos ao cativo, os escravos provenientes da metrópole representavam um contingente insignificante. No entanto, “a importância deste grupo reside justamente no fato de ele ser um ‘caso limite’ do tráfico negroiro.” O negro nascido em Portugal encarnava “um tipo muito especial de cativo” migrante, aquele que viveu em uma sociedade “em que o sistema escravista ocupava uma situação marginal, em que a população vinculada às tradições culturais africanas representava uma pequena minoria” (Venâncio, 2000: 216). Em outras palavras, estávamos diante de um mancipio que era negro, mas que teve formação cultural em um universo linguístico, religioso e familiar típico dos homens brancos. No universo da senzala, os três negros referenciados se destacaram por sua qualificação profissional, mesmo estando inseridos no espaço de práticas da exploração do ouro. Resta-nos saber melhor como se deram os trânsitos culturais destes homens, assim como de mestiços dos filhos de portugueses com índios e cativos africanos e coloniais, na sociedade mineira de princípios do século XVIII, quando uma pequena África começou a migrar forçadamente para os trópicos, em especial para um território que foi sendo desbravado —e conhecido— com as descobertas e o avançar da exploração de ouro.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo migratório para Minas Gerais, nas primeiras décadas de sua formação, indica a existência de um intenso fluxo migratório proporcionado pela corrida do ouro. Tivemos ali dois grandes movimentos populacionais: um voluntário, vindo das regiões costeiras da América portuguesa e do norte de Portugal; e uma migração negra forçada originária do litoral e da África.

Neste cenário e momento, Vila Rica e Mariana destacaram-se como as duas mais importantes localidades mineiras. Graças aos documentos fiscais produzidos com o objetivo de taxar a parcela da população que possuía escravos e se relacionava com a exploração das lavras de ouro, foi-nos possível desvendar, com a ajuda de estudos sistemáticos que utilizaram essas fontes como base de pesquisas, alguns aspectos do maior contingente populacional mancípio da região de Minas Gerais e do universo escravista ali presente, notadamente entre os anos de 1718 e 1723. Evidenciou-se uma sociedade na qual os cativos distribuíam-se de maneira homogênea entre os plantéis, que a estrutura produtiva da extração aurífera ocorreu na pequena propriedade e que o ouro estava ao alcance de muitos senhores. Aliás, isto não significa que os habitantes de Minas fossem ricos e que a sociedade não apresentasse desigualdades.

O processo migratório africano, anotado nos curtos períodos de tempo analisados, permitiu mostrar a intensa entrada de negros em apenas duas vilas mineiras, no princípio do século, quando a mineração se torna a principal fonte de receita de Portugal no século XVIII. Seus números ajudam a conhecer as origens e a completar a tabela de entrada dos mais de dois milhões de escravos africanos que chegaram ao Brasil no chamado “século do ouro”.

V. BIBLIOGRAFÍA

- ALDEN, Dauril, “O período final do Brasil colônia, 1750-1808”, in BETHELL, Leslie (org.), *América Latina colonial*, trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, São Paulo, Edusp-Fundação Alexandre de Gusmão, História da América Latina, 2, 1999.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho; LEMOS, Carmem Silva; JULIÃO, Letícia, “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica”, *Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho*, Ouro Preto, ano 1, n. 0, 1999.
- ANTONIL, André João, *Cultura e opulência do Brasil*, 3a. ed., Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1982.
- BERGARD, Laird W., *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*, trad. Beatriz Sidou, Bauru, SP-Edusc, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, “Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais”, in LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.), *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa*, São Paulo, Annablume, séculos XVII, XVIII e XIX, 2006.

- , “População escrava nas Minas Gerais, c. 1720”, *Anais...*, Caxambu, Encontro da associação brasileira de estudos populacionais- ABEP, n. 12, fs. 2, 2000, disponível em, http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf (acesso em 15 jun. 2013).
- CARRARA, Angelo Alves, *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- , “A peso de ouro”, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 38, 2008.
- , *As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII: parte primeira (documentos de pesquisa)*, Juiz de Fora, Relatório, 2011.
- COELHO, José João Teixeira, *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais*, Estudo crítico de Francisco Iglésias, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994.
- COSTA, Iraci del Nero da, *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- FIGUEIREDO, Lucas, *Boa ventura!: a corrida do ouro no Brasil (1697-1810)*, 3a. ed., Rio de Janeiro, Record, 2011.
- FRAGOSO, João Luís, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, Júnia Ferreira, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.
- , “Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos”, in COSTA, Antônio Gilberto (org.), *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*, Belo Horizonte, UFMG-Kapa Editorial, 2005.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata, “Agricultura e mineração no século XVIII”, in RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, Belo Horizonte, Autêntica; Companhia do Tempo, vol. 1, 2007.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, “Metais e pedras preciosas”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), *A época colonial: administração, economia, sociedade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, História Geral da Civilização Brasileira, 1997, vol. 1, t. 2.
- , “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”, in HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), *A época colonial: administração, economia, sociedade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, História Geral da Civilização Brasileira, 1997, vol. 1, t. 2.

- LIBBY, Douglas Cole, “As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar”, in RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, Belo Horizonte, Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- LUNA, Francisco Vidal, “Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718)”, in LUNA, Francisco Vidal *et al.*, *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*, São Paulo, Edusp-Imprensa Oficial, 2009.
- , *Minas Gerais: escravos e senhores*, São Paulo, IPE-USP, 1981.
- , COSTA, Iraci del Nero da, “Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais”, in LUNA, Francisco Vidal *et al.*, *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*, São Paulo, Edusp-Imprensa Oficial, 2009.
- e KLEIN, Herbert S., *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo, Edusp, 2005.
- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro, “O Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo: a primeira Vila do Ouro e sua população (1723)”, *Anais...*, Seminário nacional de história da historiografia, n. 2, 2007, Ouro Preto, UFOP, 2007, Disponível em, <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007/> (acesso em 24 jun. 2013).
- MARCÍLIO, Maria Luiza, “A população do Brasil colonial”, in BETHELL, Leslie (org.), *América Latina colonial*, trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, São Paulo, Edusp-Fundação Alexandre de Gusmão, História da América Latina, n. 2, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- PAULA, João Antonio de, “A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII”, in RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, Belo Horizonte, Autêntica-Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- PINTO, Virgílio Noya, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, 2a. ed., São Paulo, Nacional, 1979.
- PITA, Sebastião da Rocha, *História da América portuguesa*, Belo Horizonte, Itatiaia-São Paulo, Edusp, 1976.
- RAMOS, Donald, “Do Minho a Minas”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 44, fasc. 1.
- RODRIGUES, André Figueiredo, *A fortuna dos inconfidentes: caminho e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*, São Paulo, Globo, 2010.

- , *O clero e a Conjuração Mineira*, São Paulo, Humanitas-FFLCH-USP, 2002.
- ROMEIRO, Adriana, “A história das Minas entre o sertão e o império”, in COSTA, Antônio Gilberto (org.), *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*, Belo Horizonte, Editora UFMG-Kapa Editorial, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O, “Brasil colonial: o ciclo do ouro, c.1690-1750”, in BETHELL, Leslie (org.), *América Latina colonial*, trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, São Paulo, Edusp-Fundação Alexandre de Gusmão, História da América Latina, n. 2, 1999.
- , *Escravos e libertos no Brasil colonial*, trad. Maria Beatriz Medina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B., “O Brasil colonial. C.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias”, in BETHELL, Leslie (org.), *América Latina colonial*, trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, São Paulo, Edusp-Fundação Alexandre de Gusmão, História da América Latina, n. 2, 1999.
- , *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- , LOCKHART, James, *A América Latina na época colonial*, trad. Maria Beatriz de Medina, 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- VENÂNCIO, Renato Pinto, “Cativos do reino: a importação de escravos de Portugal para Minas Gerais colonial”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.), *Brasil: colonização e escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- VILAR, Pierre, *Ouro e moeda na história (1450-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.